

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**
9912271704-DR/PR
SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1218 - 27/05/2013 a 02/06/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

PESQUISA DO SISTEMA FAEP

QUAIS OS CAMINHOS DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS

Adubo orgânico

.....
Efluentes de
suínos

Seguro

.....
Propostas da FAEP

Conjuntura

.....
Custos maiores
que a inflação

Aos Leitores



Apostar na agricultura significa reduzir a pobreza, promover a educação e a igualdade social. Esse conceito que engrandece qualquer produtor rural tem a autoria de Bill Gates, o fundador da Microsoft, o homem mais rico do planeta, e foi desferida numa palestra no Senado norte-americano.

Aliás, foi exatamente a grande questão da má qualidade da educação brasileira a abordagem feita pelo economista Rafael Lucchesi, diretor de Educação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em entrevista ao jornal “Folha de São Paulo”. Ele questionou, por exemplo, a nossa matriz educacional, “criando um modelo diferente do atual, em que temos uma pedagogia formada como se todo mundo fosse para a universidade. E não vai. Precisamos que a estrutura educacional se ajuste às necessidades da sociedade”. Hoje no Brasil só 6,6% dos jovens de 15 a 19 anos fazem educação regular junto com educação profissional. Esse número na Alemanha está acima de 50%”. Provavelmente aí se explica os motivos por que um país – como a Alemanha – destruído por duas guerras, seja o líder entre as economias europeias.

A educação, a capacitação e a produtividade formam um trinômio para o desenvolvimento, o aumento de renda e a qualidade de vida. Esses e outros temas, como a demonstração de que o custo na produção de alimentos sobe acima da inflação, em artigo dos economistas Pedro Loyola e Tânia Moreira, da FAEP, estão nesta edição.

Índice

Bill Gates	03
SaFra	04
BioFertilizantes	06
Seguro Rural	08
Entrevista	10
CAR	12
Capa	14
Análise de Custos	18
Esalq	21
Suinocultura	22
Emater/Fundepec	25
Notas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Arquivo FAEP, Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória e Gilson Abreu

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso, Katia Santos e Valtemir Soares Jr. |
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Bill Gates: o fim da pobreza está na agricultura



Investir na agricultura é essencial para que a luta contra a pobreza no mundo seja bem-sucedida. Todas as outras atividades econômicas são decorrentes, mas nada é tão eficiente quanto na agricultura. É apostando na agricultura que se reduzirá a pobreza e se promoverá a educação e a igualdade social. Essa ideia partiu de Bill Gates, fundador da Microsoft, que recuperou o título de “homem mais rico do mundo”.

O depoimento ocorreu no início da segunda quinzena deste mês no Senado norte-americano sobre Segurança, Agricultura e Alimentação Internacional, numa iniciativa da Fundação “Farm Journal”, publicação dedicada ao agronegócio nos Estados Unidos.

Nesse encontro sobre segurança alimentar, Bill Gates reforçou seu empenho em combater a pobreza pela capacitação dos pequenos produtores do terceiro mundo. No final do ano passado, o megaempresário já havia prometido doar 200 milhões de dólares para o desenvolvimento da agricultura de pequena escala.

Segundo Gates, mais de 70% destes pobres agricultores precisam de maior produtividade. “E se conseguirem isso, veremos benefícios na renda, na saúde, na frequência dos filhos na escola. São coisas incrivelmente fáceis de serem mensuradas”.

“A maioria das pessoas pobres mundo afora são agricultores de subsistência. Gente com bem pouca terra, que lida com um alto grau de incerteza; não sabem como será a colheita, que com frequência não dá nem para suas necessidades

básicas”. O empresário lembrou que o programa de agricultura é um dos maiores no território americano e o que mais cresce. “Temos visto grandes resultados, e sem ele nós não teríamos como de atingir nossos objetivos, fazendo com que as crianças possam ser saudáveis, desenvolver seus cérebros plenamente e ter a chance de viver uma vida normal”, refletiu.

Para ele, apenas desenvolver novas sementes não é o bastante. “É preciso que os países revejam suas políticas agrícolas e de extensionismo, seu incentivo à pesquisa e a aceitação de tecnologias transgênicas”, declarou.

Fortuna de US\$ 72,7 bilhões

Bill Gates completará 58 anos em outubro próximo. No último dia 17, o fundador da Microsoft, recuperou o título de “homem mais rico do mundo”. E a sua fortuna foi avaliada pela agência Bloomberg em 72,7 bilhões de dólares, 500 milhões a mais do que a do magnata Carlos Slim, do México, dono da gigante de telefonia América Móvil, que aqui no Brasil controla as empresas Claro, Embratel e Net.

Gates já doou cerca de 26 bilhões de dólares a instituições de pesquisa através da “Bill and Melinda Gates Foundation”. Criou, com o investidor Warren Buffet um movimento chamado “Giving Pledge” (Promessa de Doação), e já conseguiu a adesão de cerca de 60 bilionários, que prometem doar mais da metade do patrimônio para a caridade, ainda em vida. Mark Zuckerberg, fundador do Facebook, foi um dos que aderiram.

Frases

“Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever - inclusive a sua própria história”.
Bill Gates

“A maneira como você coleta, gerencia e utiliza as informações determina se você vai vencer ou perder”.
Bill Gates

Safra terá mais crédito, mas a queda do juro é dúvida

Valor Econômico



Produtores terão o segundo maior volume de recursos para o cultivo

Deve ser anunciado no início de junho o Plano Safra 2013/14, que vai detalhar a oferta de recursos para financiar o plantio, a comercialização e os investimentos da safra deste ano. O Valor antecipou que o novo Plano Safra, ou Plano Agrícola e Pecuário (PAP), deve ser de R\$ 135 bilhões em financiamento para a agricultura empresarial. Se o número se confirmar, o volume de recursos será 17,4% maior do que o da safra de 2012/13, de R\$ 115,2 bilhões para a agricultura empresarial, que chegou a R\$ 133,2 bilhões, incluindo R\$ 18 bilhões para a agricultura familiar. Só o Plano Safra de 2009/10 terá crescido mais, 43%.

O setor agrícola espera que os juros cobrados no financiamento garantido pelo plano de safra voltem a cair. No ano passado, as taxas foram reduzidas em mais de um ponto percentual, recuando de 6,75% para 5,5% ao ano para os grandes produtores; de 6,25% para 5% para os médios; e de 4,5% para 4% para os pequenos. Os produtores pleiteiam que a taxa caia abaixo de 5% para grandes e médios produtores.

Mas essa campanha era ensaiada antes de o Banco Central (BC) ter resolvido elevar o juro básico para enfrentar a inflação. Agora, são cada vez mais remotas as chances de os juros do financiamento da safra serem reduzidos. Do total do crédito oferecido, cerca de 80% são linhas de juros controlados e o restante de taxas livres, com funding basicamente proveniente das aplicações compulsórias de 34% dos depósitos à vista.

Espera-se que o Plano Safra dedique atenção especial à estocagem da produção, com uma linha especial para a construção de armazéns, para evitar as filas quilométricas de caminhões que se formaram nas estradas brasileiras no auge do escoamento da safra. As filas foram resultado não apenas das deficiências dos portos brasileiros, mas também da falta de armazéns. Por isso, os caminhões foram transformados em dispendiosos armazéns sobre rodas. Discute-se, porém, se os armazéns deveriam ser financiados para cada produtor em particular ou se deveriam ser construídos em locais de fácil acesso para serem compartilhados por vários agricultores.

Milho argentino para o Nordeste

A logística deficiente também obrigou o governo a importar milho da Argentina apesar de o Brasil estar colhendo uma das maiores safras do cereal de todos os tempos. O governo federal prometeu distribuir milho no Ceará e em Pernambuco para os pequenos criadores de gado, que estão sofrendo com uma das maiores secas dos últimos 50 anos. O governo tem milho disponível estocado em armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no interior da Bahia, a mil quilômetros do porto de Salvador. Como a fila no porto de Salvador está imensa, o governo preferiu trazer milho da Argentina, que será desembarcado diretamente no Recife e em Fortaleza. No total, serão compradas 103 mil toneladas de milho argentino, em um ano em que o Brasil deve colher 78 milhões de toneladas do produto, 7% mais que na safra passada, segundo a Conab.

Junto com o anúncio do Plano Safra deve finalmente sair do forno a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), prometida há pelo menos um ano pela presidente Dilma. A Anater será um braço de assistência técnica ao produtor rural da Embrapa, para disseminar técnicas

avanzadas de produção. Desde que a ideia foi lançada, o projeto foi sendo aperfeiçoado e adaptado às circunstâncias. A versão mais recente indica que a agência deverá ser o mais enxuta possível e terceirizará a equipe de assistência técnica. Mas o desenho ainda não está fechado.

Apesar de a deterioração da inflação e do encarecimento do custo do dinheiro poder frustrar algumas expectativas dos produtores agropecuários, não deverá faltar crédito. Nem poderia, pois a expectativa é que o setor agrícola vai puxar a economia neste ano e exigirá muitos recursos. A safra deste ano deve atingir a marca recorde de 184 milhões de toneladas, bem superior à de 166 milhões do ano anterior, que era projetada em 170 milhões de toneladas e foi afetada por uma forte estiagem que prejudicou principalmente a produção do Sul, notadamente de arroz e fumo.

A avaliação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) é que a agropecuária cresceu 8% apenas no primeiro trimestre sobre o último período de 2012, influenciando decisivamente no esperado aumento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) no período. No ano passado, a queda de 2,3% da produção agropecuária contribuiu para limitar a 0,9% o crescimento do PIB.

Milho dos Hermanos?

Os problemas de infraestrutura e logística se acentuam fora das porteiiras. A exemplar e “maravilhosa” logística nacional foi mencionada no texto do jornal “Valor Econômico” sobre a importação de 103 mil toneladas de milho argentino para o Nordeste, enquanto a produção brasileira alcançou a 78 milhões de toneladas.

Mas em seguida a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) esclareceu que “não importou nem importará milho da Argentina ou de outros países”. Todos os produtos dos estoques públicos são adquiridos de empresas nacionais, por meio de leilão, diz a resposta assinada por Mylena Fiori, gerente de Imprensa Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

O milho mencionado pelo “Valor” para envio ao Nordeste, como compensação para a seca, foi adquirido de empresas nacionais, afirmou a Conab. Uma delas, a Nidera, embora tenha estoques em Luis Eduardo Magalhães (BA), optou por deslocar para Salvador uma carga de milho que estava estocado na Argentina e que seguia para os Estados Unidos. Mesmo assim fica comprovado que é mais barato levar milho de Buenos Aires a Recife do que transportar o milho da Bahia aos estados vizinhos nordestinos. A distância em quilômetros de Buenos Aires a Recife é de 3632,29 km ou 2257 milhas náuticas, numa viagem oceânica de pouco mais de quatro dias. A cidade de Luis Eduardo Magalhães está no extremo-oeste baiano, a um pulo do agreste nordestino.



Biofertilizante feito na propriedade

Embrapa de Concórdia (SC) desenvolve técnica para dejetos de suínos



Adubo orgânico representa bons índices de nutrição

A criação de suínos pode produzir na propriedade um adubo orgânico sólido graças a uma tecnologia desenvolvida pela Embrapa Suínos e Aves/Unidade Concórdia, Santa Catarina. Além de reduzir custos com a compra de fertilizantes, o produtor rural resolve “de quebra” um problema da cadeia suína: a destinação ambientalmente correta para os dejetos suínos.

O sistema de tratamento de dejetos em compostagem foi desenvolvido pelo pesquisador Paulo Armando de Oliveira e garante uma série de benefícios ao produtor rural. As vantagens começam com a possibilidade de geração de renda pela comercialização do produto final; a opção de ampliação do plantel de suínos em uma mesma área; a redução de odores no tratamento dos dejetos e a possibilidade de obtenção de créditos de carbono.

A primeira recomendação do pesquisador é uma análise técnica da propriedade para avaliar os seguintes pontos: a

área agrícola (pastagens, lavouras de grãos ou reflorestamento) e a capacidade de absorção dos dejetos líquidos produzidos pelos animais por essa área. “Caso a avaliação aponte para uma resposta negativa a essas duas perguntas o produtor pode optar pela implantação de um galpão de compostagem”, explica Oliveira.

Investimento

Para uma propriedade que faça o ciclo de crescimento e germinação de mil animais, o produtor vai precisar de um galpão de compostagem de cerca de 6 x 40 metros. Esse galpão pode ser construído de uma forma bem simples e econômica – com madeira de reflorestamento (eucalipto), cobertura de plástico e chão batido. O custo total dessa obra fica no máximo em R\$ 20 mil. “A única exigência técnica é a cobertura do telhado, que deve garantir o isolamento total da



Pesquisador Paulo Armando de Oliveira

água da chuva”, completa o pesquisador.

Além do galpão o produtor precisará adquirir uma máquina para distribuir e revolver a compostagem. Segundo Oliveira, quatro empresas já atuam no mercado e comercializam o equipamento. As variações de preço ficam por conta da configuração. O modelo mais básico custa R\$ 40 mil e o mais completo, que possui programação de liga/desliga, bombeamento automático dos resíduos e movimentos cronometrados sai por R\$ 75 mil.

Ao final do processo de compostagem o produtor deverá obter um produto com uma proporção de um quilo de serragem para 10 litros de dejetos. O prazo do ciclo da compostagem varia de acordo com a dinâmica da propriedade. Se o ciclo nas pocilgas for de cria e germinação, o tempo de produção do fertilizante será de 110 dias. Se o produtor tiver uma unidade de produção de leitões (UPL), que produz leitões até a saída da creche ou uma unidade de terminação (UT), que recebe os leitões de uma UPL e executa as fases de crescimento e terminação, o período poderá variar de 60 a 90 dias.

Outra vantagem dessa tecnologia é que tudo pode ser adquirido com condições especiais de financiamento dentro do Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) oferecido pelo governo federal através do Banco do Brasil (BB). A taxa de juros é de 5,0% ao ano, com carência de cinco anos e prazo de pagamento de até 10 anos. “Para aprovação do projeto é necessário o aval do engenheiro agrônomo do banco”, informa o gerente de Agronegócio do BB no Paraná, Pablo da Silva Ricoldy.

Sem odor

O biofertilizante produzido a partir da compostagem dos resíduos gerados pela criação de suínos não tem odor. Oliveira informa que ele pode ser usado desde a lavoura de grãos até nos vasos de flores de uma residência. “Os dejetos de suínos não produzem odor ou mau cheiro, quando são manejados adequadamente em sistemas de compostagem. Na compostagem a fermentação é feita a partir da produção de bactérias aeróbias (que são produzidas com a presença de oxigênio)”, explica.

O fertilizante pode ser vendido a granel para outros produtores ou ensacado em embalagens de dois até 25 quilos. Outra opção de comercialização é o produtor abastecer outros mercados com demanda por fertilizante orgânico. O pesquisador da Embrapa dá outra recomendação ao produtor rural – fazer o registro do fertilizante junto ao Ministério da Agricultura. “Apesar de muitas empresas que vendem esse tipo de fertilizante não terem esse registro, é uma garantia para o consumidor de que o produto teria todas as garantias de um fertilizante orgânico como, por exemplo, conter 2,1% de Nitrogênio na sua composição”.

Segundo a Embrapa Suínos e Aves, cerca de 200 produtores rurais de Santa Catarina já trabalham com a compostagem de dejetos de suínos. Esse produto é o resultado de mais de quinze anos de pesquisa da Embrapa.

• **Mais informações sobre essa tecnologia podem ser obtidas dúvidas pelo email do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), acessando o site <http://www.cnpsa.embrapa.br> Fale Conosco ou pelo telefone (049) 3441-0400.**

Tabela comparativa de nutrição

Elementos	Mínimo exigido	Biofertilizante Embrapa
Nitrogênio (N)	0,5%	2,1%
Fósforo (P)	Conforme declarado	3,6%
Potássio (K)	Conforme declarado	1,3%
Relação Carbono/ Nitrogênio	20	19,5
PH	6,0%	5,7%
Umidade	50%	66,5%

FAEP defende R\$ 2 bi para o seguro

Propostas visam promover o desenvolvimento do seguro rural no país



Recursos servirão para ampliar a cobertura contra fenômenos climáticos

A FAEP defende R\$ 800 milhões para 2013, mas o ideal seria ter um orçamento para 2015 na ordem de R\$ 2 bilhões para cobrir 50% dos prêmios dos prêmios pagos pelos produtores. Esse valor foi estimado em recente estudo da empresa de consultoria MBAGRO como o montante de recurso necessário para subvencionar o prêmio de seguro para as principais culturas da agricultura brasileira.

Para o dimensionamento da necessidade de seguro por estado levou-se, inicialmente, em consideração a estratificação das propriedades rurais em módulos fiscais, segundo o critério do INCRA, de modo a encontrar o valor do prêmio por estado e por cultura dentro de cada faixa de tamanho das propriedades (módulos fiscais).

O segundo passo para calcular a estimativa da necessidade de seguro consistiu em levantar os valores efetivos do prêmio e da subvenção que ocorreram no ano de 2010, para cada estado do país (que apresentou subvenção) e para cada cultura. Assim, a estimativa combina os dados efetivos da subvenção e do prêmio, obtidos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) de 2010, com as áreas plantadas do IBGE (2009/10), além da estratificação das propriedades, contida no Censo.

As culturas consideradas no cálculo foram: algodão, soja, milho (1ª e 2ª safra), arroz, batata-inglesa, café, trigo, uva, laranja, maçã, feijão (fradinho, preto, verde e de cor) e cana-de-açúcar, o que totalizou 59,645 milhões de hectares. Já o prêmio total calculado somou R\$ 4,076 milhões.

As propostas da FAEP

Há muitos desafios para o desenvolvimento do seguro rural brasileiro. A FAEP tem como propostas:

a) Criar um sistema de acesso ao Programa de Subvenção do Seguro Rural - PSR em que o produtor possa escolher a seguradora; O modelo do programa distribui os recursos para as seguradoras para beneficiar os produtores. No entanto, isso gera uma reserva de mercado e não cria competitividade entre as seguradoras nas diferentes regiões do país e exclui muitos produtores de terem as mesmas condições de acesso ao programa. Além disso, cria “vendas casadas” quando ao produtor é oferecido apenas uma opção de seguradora.

Na própria Caixa Econômica os seguros habitacionais vinculados aos financiamentos tem a opção de duas seguradoras,

dando a opção ao cliente de escolher qual a seguradora presta o melhor atendimento e tem o melhor custo-benefício.

b) Liberar os recursos do PSR conforme o calendário agrícola, ou seja, no período em que o produtor está comprando os insumos ou contratando o financiamento de pré-custeio;

c) Regulamentar a lei complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010 que trata do fundo de catástrofe;

d) Revisar o programa de subvenção ao prêmio de seguro rural, ampliando o montante de recursos para médio e longo prazo e buscando amparar com seguro 50% da área cultivada no Brasil até 2015;

e) Readequar os percentuais de subvenção por cultura, visando à ampliação do programa para todos os produtores rurais;

f) Criar uma central de informações e promover a divulgação através do site e outros meios de comunicação dos valores disponíveis para subvenção ao prêmio, bem como, dos prêmios cobrados, produtividade garantida por seguradora, corretores especializados em seguro rural e produtos disponíveis;

g) Propiciar a previsibilidade e estabilidade do programa de seguro agrícola, através de um planejamento de longo prazo (mínimo de 3 anos) e o estabelecimento de garantia dos recursos, considerando a época de liberação dos mesmos em relação ao calendário agrícola;

h) Criar um banco de dados (Cadastro Único do Produtor Agrícola), com a finalidade de reunir as informações dos produtores e fornecer os dados aos interessados autorizados. Este banco de dados deve contemplar informações que darão suporte a tomada de decisão das seguradoras e dos financiadores a fim de reduzir o risco de fraudes e inadimplência e propiciar a redução dos custos dos programas;

i) Negociar a participação dos Estados e Municípios para que estes constituam seus programas de subvenção, a exemplo do que fazem alguns Estados como SP, PR, MG e SC;

j) Estabelecer juros menores no financiamento das operações para produtores que adotem o seguro agrícola. A adoção de seguro reduziria o risco de inadimplência e, conseqüentemente, o custo do financiamento.

A liderança do Paraná

O Paraná é líder em número de contratos em seguro rural. Só no ano passado, foram efetuadas 22.666 apólices de seguro no estado, ante 21.561 contratos assinados em 2011. O total da área segurada no Paraná em 2012 foi superior a 1,74 milhão de hectares, contra um pouco mais de 1,63 milhão de hectares referente ao ano anterior.

O prêmio ofertado em 2012 no estado foi superior a R\$ 165 milhões, contra R\$ 127 milhões referente ao ano anterior. Em subvenção, foram ofertados para os produtores paranaenses no ano passado mais de R\$ 96 milhões, contra pouco mais de R\$ 70 milhões oferecidos em 2011. Em todo o Brasil, a demanda das seguradoras em 2012 foi de R\$ 717 milhões, cerca de R\$ 191 milhões a mais do que há dois anos.

“Pedimos para este ano que a liberação seja contínua, na época de preparação de safra, isso é tão importante quanto a disponibilização dos recursos”, lembra o economista da FAEP, Pedro Loyola.

A subvenção por cultura

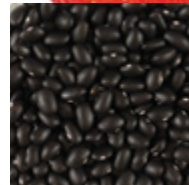
O governo do Paraná ampliou de 3 para 29 o número de culturas que vão contar com subvenção do seguro rural. Veja, por cultura, a divisão da subvenção:



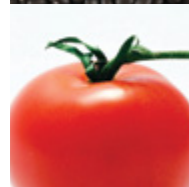
Frutas - (ameixa, caqui, figo, kiwi, maçã, nectarina, pera, pêssego e uva) – O governo federal paga 60% do valor da apólice, do restante 20% são custeados pelo governo estadual e os outros 20% pelo produtor;



Frutas – (abacaxi, goiaba, laranja, melancia, morango e tangerina) – O governo federal paga 40% e os restantes 60% são divididos equitativamente entre o governo do estado e o produtor;



Grãos e Leguminosas – (feijão, milho segunda safra e trigo) – Setenta por cento, da apólice é por conta do governo federal, o estado com 15% e o produtor com 15%.



Cevada – 60% pelo governo federal, o estado banca 25% e o produtor com 25%.

Alho, batata, café, cebola e tomate – O governo federal banca 40% e os restantes 60% são divididos entre o governo do estado e o produtor.

Dá para exigir mais do nosso sistema educacional

Grupo de pesquisadores cria Boletim para esclarecer produtores

Por Mariana Carneiro, de São Paulo *



Um trabalhador brasileiro produz, em média, um quarto do que produz um alemão, operando máquinas de mesmo padrão tecnológico. A constatação do economista Rafael Lucchesi, diretor de Educação da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, mostra que devolver competitividade à indústria envolve mais esforços do que cortar impostos e aumentar o crédito para a compra de máquinas. Para ele, é preciso modificar o sistema de ensino e abrir espaço para a formação profissional. Agenda que, na sua avaliação, se tornou tão relevante quanto os programas sociais nos últimos anos como ele mostra esta entrevista concedida à Folha de São Paulo.

Economistas atribuem a crise da indústria à menor capacidade de concorrer com importados, resultado da

perda de produtividade [medida de eficiência]. Quais são os motivos da baixa eficiência?

O diagnóstico está correto. Vários fatores interferem na produtividade, mas o principal deles é o capital humano. Nossa baixa produtividade é resultado direto do padrão educacional do país. Sondagens feitas pela CNI com empresários mostram que grande parte dos problemas é resultado de deficiências [dos funcionários] em raciocínio abstrato, matemática e domínio de línguas.

Como isso se traduz em menor produtividade?

Em uma indústria que trabalha em três turnos, por exemplo, o trabalhador não sabe redigir um relatório de turno. Não sabe ler o manual de operações e não interpreta corretamente um gráfico.

Atualmente, com os processos digitais, se o trabalhador não tem capacidade de interpretação abstrata, ele tem problemas que vão se traduzir no seguinte: uma mesma máquina, com o mesmo padrão tecnológico, é muito mais bem operada por um

Hoje no Brasil só 6,6% dos jovens de 15 a 19 anos fazem educação regular junto com educação profissional. Esse número na Alemanha está acima de 50%,

sul-coreano.

A produtividade do brasileiro é um terço da produtividade de um coreano, um quarto da de um alemão e um quinto da de um americano.

Outra questão diz respeito à nossa matriz educacional. Cerca

de 80% dos alunos não vão para a universidade. E o que o sistema educacional dá a esse indivíduo para ir ao mercado de trabalho? Uma má formação em português, em matemática e em ciência. Dá para exigir mais do nosso sistema educacional.

O que seria exigir mais?

Hoje no Brasil só 6,6% dos jovens de 15 a 19 anos fazem educação regular junto com educação profissional. Esse número na Alemanha está acima de 50%, a média da OCDE [grupo de países mais ricos] está acima de 40%.

Ensino técnico é bom para a indústria...

Para o país, você dá mais competitividade para a indústria. Para a juventude, você dá uma oportunidade de ingressar mais cedo no mercado de trabalho e ter uma profissão estável e que pode, inclusive, permitir uma ascensão profissional e a continuidade dos estudos.

Dessa forma, a gente cria um modelo diferente do atual, em que temos uma pedagogia formada como se todo mundo fosse para a universidade. E não vai.

Precisamos que a estrutura educacional se ajuste às necessidades da sociedade.

O Brasil está experimentando uma transformação demográfica acelerada, a taxa de natalidade está caindo rapidamente. Parte dos nossos ganhos de produtividade estava associada ao ingresso de jovens no mercado de trabalho. Nosso sistema educacional perdia muita gente, mas em um país de jovens não era problema.

Isso não vai voltar a acontecer com a mesma intensidade. Com a fila se escasseando, não podemos nos dar ao luxo de perder tanto. Então é importante que preparemos melhor quem vai ingressar no mercado de trabalho.

Pode resolver o futuro. Mas a crise da indústria é presente.

A velocidade [de mudança] é um pouco mais rápida do que se imagina. A diferença dos sistemas educacionais é como dois prédios. Na educação regular, você entra no primeiro andar, no ensino fundamental, e só tem uma profissão quando concluir a graduação, 17 andares acima.

Na educação profissional, é diferente. Se você faz um curso de formação inicial, de 200 horas, pode ter resultado de melhor

produtividade desde o primeiro curso, ou do primeiro andar desse prédio. Então, os resultados são mais rápidos e efetivos.

Mas qual a proposta prática?

Aumentar os cursos técnicos é um passo. O outro é destravar a educação regular.

Nos últimos anos, o governo teve uma agenda importante dos programas sociais. A educação profissional cria uma agenda de cidadania, de formação de indivíduos e aumenta a produtividade da indústria. É a continuidade de uma agenda promotora do capital humano. Sobretudo para a juventude, pois permite a inserção produtiva e atende à necessidade de dar

perspectiva para quem não vai para a universidade.

Grande parte do abandono do estudo ocorre porque os jovens do ensino médio não veem relação entre o que estão aprendendo e a vida. Estão aprendendo física, química e o pai dando esporro porque é improdutivo em casa. Ele

não vai para a universidade porque não tem grana para entrar em uma particular e não tem estudo para entrar numa pública. Então, o que ele vai fazer? Vai trabalhar de balconista, no lava-jato...

A falta de inovação é outra lacuna da indústria e o esforço do governo e da CNI foi criar a Embrapii [Empresa de Pesquisa e Inovação Industrial]. Por que criar uma estatal?

A Embrapii não é uma estatal, é um fundo que vai certificar instituições de pesquisa com pessoal qualificado, equipamentos e um plano de atendimento a empresas.

Colocar recursos em pesquisa na universidade, acreditando que vai virar inovação... Toda a literatura diz que isso é ineficiente. Você melhora se o centro se desloca para o que a empresa precisa. Ela vai aportar recursos e não joga dinheiro fora.

Se pegarmos os principais fatores para impulsionar a competitividade, não vamos ver grandes mudanças na orientação macroeconômica, nas relações do trabalho, no marco legal e jurídico.

Em inovação e em educação é onde podemos responder a essa questão.

* Publicado na Folha de São Paulo (22.05.2013)

A educação profissional cria uma agenda de cidadania, de formação de indivíduos e aumenta a produtividade da indústria. É a continuidade de uma agenda promotora do capital humano.

Interrogações no Cadastro Ambiental

Áreas consolidadas, conceito de imóvel rural e retificação do CAR são algumas das dúvidas



Reprodução de imagem de satélite gerada pelo CAR

O Ministério do Meio Ambiente deverá publicar até meados do próximo mês de junho a Instrução Normativa do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Pelo que foi demonstrado pelo IBAMA no Paraná, o mapa do CAR a ser elaborado pelos proprietários e que servirá de base para análise das autoridades ambientais, para aplicação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA), contém um sério vício que prejudicará os produtores rurais.

Ocorre que, depois de desenhadas na plataforma fotográfica as diversas ocorrências da propriedade – mata ciliar, reserva legal, nascentes etc. –, o operador deverá salvar o mapa para que o programa do computador emita o recibo. Nesta ocasião, o programa elaborado pelo IBAMA traça os limites de exigências de que as propriedades deveriam cumprir, antecipando-se ao PRA.

Esses limites, contudo, não respeitam o que está contido no art. 61 da lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 – o novo Código Florestal –, ignorando a existência de mais de 90% de propriedades consolidadas e que estão contempladas

com um regime diferenciado quanto às dimensões de APPs e Reserva Legal.

Desta forma, quando emite o recibo ao proprietário, o programa passa a exigir dimensões contidas no capítulo II da lei nº 12.651, tais como matas ciliares de 30 metros para rios até 10 metros, até o limite de 600 metros para rios acima de 500 metros. Além de Reserva Legal para propriedades até 4 módulos fiscais consolidadas, que ficaram isentas. O proprietário ficará, portanto, notificado que está em débito com as regras ambientais, o que não é verdadeiro. Estas dimensões são para imóveis ainda não abertos ou desmatados após 22 de julho de 2008, portando não consolidados, de acordo com a lei.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) já encaminhou expediente ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA mudanças no programa de computador do CAR para que ele se atenha o que está estabelecido no artigo 29 do Código que exige apenas uma “fotografia” atual da propriedade para posteriormente ser analisada e, se necessário, sofrer correções do PRA.

Conceito de imóvel rural

A lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 não define o que seja “imóvel” para efeito de declaração do CAR, o que já está criando confusão entre proprietários rurais.

Para efeito de declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) o produtor se utiliza do número da matrícula do imóvel que consta no registro de imóvel. Isto significa que um proprietário pode ter várias matrículas com áreas contínuas, mas identificando imóveis diferentes. O número da matrícula serve, também, para identificar imóveis destinados a garantias bancárias, por exemplo.

Já a definição do art. 4º do Estatuto da Terra (lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) define imóvel como sendo: “prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou

agroindustrial...”, se destina ao cadastramento da propriedade junto ao INCRA. Neste caso, o imóvel é identificado por conjunto de matrículas agrupadas numa área contínua.

A questão que deve ser levantada junto ao Ministério do Meio Ambiente é: qual das duas definições será utilizada para o preenchimento do CAR?

Retificação do CAR

O modelo do IBAMA não especifica o prazo que o proprietário rural tem para retificar a declaração do CAR sem receber notificação. Em casos de equívocos no preenchimento das informações do CAR o produtor pode ficar inadimplente se não puder retificar.

Para acompanhar o Código Florestal

É possível que essas questões (ao lado) e outras devam ser apreciadas pelo Grupo de Trabalho criado pelo Ministério do Meio Ambiente, segundo publicação no Diário Oficial do último dia 22 (pág. 56). O Grupo foi criado considerando uma proposta do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama para “acompanhar o processo de regulamentação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal”,

No texto assinado pela ministra Izabella Teixeira, do MMA, as competências desse GT são as seguintes:

- I - atuar consultivamente sobre as ações de regulamentação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
- II - avaliar sugestões em favor do processo de regulamentação do Código Florestal; e
- III - acompanhar a regulamentação e a implementação do Código Florestal.

Representantes

O Grupo de Acompanhamento será integrado pelos seguintes representantes:

I - Pelo Governo:

- a) Ministério do Meio Ambiente;
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente- ABEMA

III - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente-ANAMA

IV - Pela Sociedade Civil:

- a) Confederação Nacional da Agricultura- CNA;
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- c) Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar;
- d) Via Campesina;
- e) Amigos da Terra;
- f) The Natural Conservancy-TNC;
- g) Organização das Cooperativas-OCB;
- h) Associação Brasileira de Produtores de Florestas- ABRAF;
- i) Entidade ambientalista indicada pelo CONAMA;
- j) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC.

A coordenação dos trabalhos do Grupo será do Ministério do Meio Ambiente, que poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, e da sociedade civil que tenham relação temática com as atividades a serem desenvolvidas pelo Grupo para contribuírem com os trabalhos.

Estranhos

É de se estranhar que o Ministério do Meio Ambiente tenha indicado duas entidades estrangeiras para atuar “consultivamente” sobre o Código Florestal em território nacional. A Via Campesina é uma organização internacional, com ramificações em vários países, inclusive o Brasil, onde a atuação se assemelha à do MST. E a The Natural Conservancy-TNC é uma ONG com sede em Arlington (Virginia-EUA) e está espalhada por 35 países, e no Brasil atua desde 1988.

Por onde caminham os hortifrutigranjeiros

Sistema FAEP patrocina pesquisa sobre produção olerícola

Por Katia Santos



Lavouras da Região Metropolitana de Curitiba terão atenção especial

Quais os caminhos da produção de hortifrutigranjeiros dos produtores instalados na Região Metropolitana de Curitiba? Quem comercializa essa produção que ajuda a abastecer 3,2 milhões de habitantes espalhados por 26 municípios? O Ceasa? O sistema dos hiper e supermercados? As cooperativas? Grandes comerciantes são os que adquirem os produtos, embalam e vendem? Os mercadinhos da esquina? Os produtos são adquiridos nas propriedades ou os produtores se deslocam para centros de comercialização?

Essas e outras questões estão sendo respondidas numa ampla pesquisa em todo o estado – especialmente na Região Metropolitana da capital –, que o Sistema FAEP (FAEP e SENAR-PR) colocou em campo através da Paraná Pesquisa. O levantamento servirá de base às sugestões capazes de promover o aumento na rentabilidade desses produtores. Estima-se que

diariamente mais de 40% dos produtos comercializados na Central de Abastecimento de Curitiba (Ceasa) são cultivados em propriedade de até 5 hectares.

Boa parte dessas áreas está nos terrenos planos às margens da BR-277 (Curitiba-Paranaguá), em São José dos Pinhais, que concentra o terceiro polo automotivo do país, com indústrias metalúrgicas fornecedoras das fábricas da Volkswagen, Renault, Nissan e Audi. Esse cenário permitiu ao município alcançar o terceiro maior PIB do Paraná (R\$ 13.690.888,00).

Mesmo sitiados por esse aparato industrial, os pequenos produtores rurais – a maior parte descendentes de imigrantes poloneses, alemães e ucranianos – formam um batalhão de olericultores. Embora a pesquisa vá determinar pontos obscuros e soluções ao roteiro dos produtos, já surgiram duas esperanças.

Manejo integrado



Hamilton Possabon (dir) com o filho Andrio na lavoura de repolhos

A primeira, através do uso do plantio direto e manejo integrado, técnicas que o Sindicato Rural de São José dos Pinhais está divulgando aos produtores de olerícolas do município em dias de campo. O objetivo do sindicato é levar informação aos produtores para que eles consigam obter mais renda cultivando a mesma área.

Há o evento chamado Encontro Técnico para Horticultores e Profissionais ligados ao cultivo de hortaliças no Paraná (Exorte), que acontece há cinco anos no município e tem foco na sustentabilidade. O trabalho é realizado por um grupo de engenheiros agrônomos que dão consultoria e assistência técnica utilizando teorias do professor Átila Mogor, da Universidade Federal do Paraná.

Há quatro anos o grupo mudou de estratégia a partir da constatação da queda na produtividade de hortaliças. “Não podíamos matar nossa galinha dos ovos de ouro que é o produtor rural”, informa Juliano Almeida Grossi, um dos integrantes do grupo. Na prática eles resgataram o manejo integrado que começa com a escolha da área, o plantio direto na palhada, o manejo da água e o uso responsável de insumos.

“Apoiamos esse evento porque acreditamos que ele pode ser um meio de suprir o interesse do produtor pela busca de novas informações. Hoje a tecnologia está em tudo, mas o produtor não busca essa inovação. Principalmente aqui no nosso município onde a grande maioria tem baixo nível de instrução”, explica o presidente do Sindicato Rural de São José dos Pinhais, Paulo Canova.

O sindicato rural e a prefeitura ainda vão utilizar outro mecanismo para incentivar o produtor rural a se capacitar e adquirir novos conhecimentos: a vinculação dos agricultores em programas governamentais de compra de alimentos à participação de cursos do SENAR-PR. “Nós até entendemos que as propriedades são pequenas e que a mão de obra é familiar. Tirar o produtor por três, quatro ou cinco dias da lavoura é difícil, mas conhecimento e informação são essenciais para que ele consiga se manter na atividade”, completa.

Cooperativas

O outro objetivo do sindicato é fortalecer o cooperativismo dos produtores rurais. O município de São José dos Pinhais possui atualmente três cooperativas de produtores rurais: CooperSãoJosé, CooCastel e a Coopasol. A intenção do sindicato rural é auxiliar os produtores no processo de fortalecimento, organização e administração das cooperativas. “O produtor organizado é forte e só assim será competitivo e conseguirá obter melhor rentabilidade da sua produção”, diz o líder sindical.

Dentro do processo de requalificação da unidade da Ceasa de Curitiba o SENAR-PR está oferecendo o curso Boas Práticas Agrícolas para os produtores rurais. A primeira turma foi com agricultores de Colombo. As aulas começaram em janeiro e se estenderam até o final de abril.

Participaram 18 produtores rurais de Colombo, que já tinham a intenção de se reunir em uma cooperativa. Eles se uniram a outros 10 e criaram a Cooperativa Agrícola Familiar de Colombo (CooAcol). “Com o curso amadurecemos a ideia, pois só em grupo é que teremos força de negociação e um mix com mais de 30 produtos para oferecer aos clientes rastreabilidade e certificação” informa o presidente Leandro Cavazin. A próxima turma será com produtores de São José dos Pinhais.

Perda de espaço



Luiz Gusi presidente das Ceasa's-PR

O produtor rural Hamilton Possebom, 59 anos, também acredita que é fundamental para o desenvolvimento do produtor rural a união e organização. Ele comercializa sua produção, cultivada em uma área de 24,2 hectares, duas vezes por semana na Ceasa de Curitiba. Mas na sua avaliação o produtor tem perdido espaço para o atravessador dentro da Ceasa.

Para ele, a desvalorização começa desde o local onde funciona a 'Pedra' (local onde os agricultores comercializam sua produção diretamente com os compradores atacadistas) até o enfraquecimento da Associação dos Produtores, onde participou até da diretoria até 2006. Ele defende a criação no município de São José dos Pinhais de um espaço onde o produtor rural possa vender diretamente ao consumidor.

"Estou na Ceasa desde que começou. A Associação dos Produtores já foi mais forte. Um exemplo: não temos mais um painel onde apareçam as cotações do dia anterior. Essa cotação é muito importante para termos uma base para negociar. Sem isso chegamos no escuro", exemplifica.

Nova Ceasa



Projeto da nova Ceasa foi baseado na experiência italiana

Enquanto isso, na ponta comercializadora, há mudanças à vista para fortalecer o segmento. Criadas na década de 70 pelo governo federal e repassadas aos estados na década seguinte para organizar o fornecimento de alimentos, as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa) passarão por uma reestruturação.

As bases dessa mudança são quatro pilares: produto seguro (rastreadibilidade e segurança alimentar); plataforma logística eficaz; informação ao produtor rural e valorização do produto paranaense. O novo projeto foi baseado na experiência e modelo da região Emilia Romagna, na Itália, onde os produtores organizados dispõem de estruturas de comercialização e distribuição, tornando-se mais competitivos.

As cinco unidades da Ceasa (Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Londrina) perderam mercado, organização, padronização e capacidade técnica. "A ideia é resgatar a eficiência da estrutura dando competitividade ao produtor rural. Se ele não se organizar, acaba entregando o processo de comercialização para outro agente que é o intermediário", informa Luiz Gusi, presidente das Ceasa's-PR.

As mudanças visam ainda minimizar uma mudança de mercado ocorrida na década de 90, que foi marcada pela entrada das grandes redes de supermercados na comercialização. Ao mesmo tempo esses compradores saíram da Ceasa, pois como clientes varejistas tinham padrões próprios de apresentação e classificação dos produtos, que não eram atendidos.

A primeira unidade que vai entrar em funcionamento no estado será a de Maringá. Mas o processo de preparação e adequação dos agentes envolvidos com o novo modelo já está em ação em Curitiba. O projeto de readequação das Ceasas é uma iniciativa da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (ABRACEN), que, no Paraná, conta com o apoio da Ceasa/PR, do Sistema FAEP/SENAR-

PR, Fomento Paraná, Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), governo do Paraná, por meio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e movimento Brasil Próximo, parceria com a Itália.

Boas práticas

Dois cursos já foram elaborados e já estão sendo oferecidos a produtores e permissionários (que atuam nos boxes) em Curitiba – um deles é o de Boas práticas Agrícolas, com carga horária de 30 horas, e o outro é o de Boas Práticas de Distribuição, com 25 horas. Um dos focos dessas capacitações é melhorar a apresentação dos produtos.

O permissionário Clodoaldo de Oliveira já fez o curso de distribuição e participou também de uma viagem técnica a região Emilia Romagna. Estimulado com o que viu, ele ampliou seu box e deu uma repaginada na estrutura adotando também práticas de higiene, organização, exposição e manuseio das mercadorias. “O retorno veio na forma de 20% de aumento nas vendas. Os clientes comentaram, elogiaram e os funcionários também ficaram mais animados. Todos usam uniforme e sapatos apropriados. Isso se traduz em bem estar para todos”, diz.



Novo padrão do box do Ceasa

A olericultura é o ramo da horticultura que abrange a exploração de um grande número de espécie de plantas, comumente conhecidas como hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos.



Isolados da vida moderna

Embora a poucos quilômetros do Aeroporto Internacional e do agitado centro comercial de São José, o choque do desenvolvimento gerado nos últimos anos pelo polo industrial e a tradição, por exemplo, da Colônia Muricy é facilmente perceptível. Criada pelos imigrantes poloneses há 135 anos, esta comunidade, que festeja as colheitas anuais no mês de fevereiro, ainda está distante do modernismo comercial e de negócios.

“Quem conseguiu uma linha de telefone fixo se dê por satisfeito”, revela o produtor Luís Alvez Fontes. Além disso, ele e seus vizinhos não têm serviços dos Correios, o que causa um transtorno enorme, como o fato de não receberem com regularidade suas correspondências pessoais. “Tenho problemas sérios com a Copel, pois só temos uma caixa postal coletiva. Às vezes, a conta de luz vem às vezes não. Já tive a luz cortada, mesmo estando com a conta paga”, desabafa.

Se os usuários de celular na área urbana já sofrem no meio de várias antenas que não garantem a qualidade das chamadas, imagine-se na área rural. O sinal de celular é muito instável. Internet, então, nem pensar. “Para o agricultor esse isolamento é terrível, pois não temos como acompanhar o mercado ou a cotação dos produtos. Estamos isolados em pleno século XXI”, desabafa.

Custo para produzir alimentos sobe acima da inflação oficial

“O problema com qualquer ser ou organização humana é que tendem a esperar até que um problema tenha se tornado um GRANDE PROBLEMA para pensar em como lidar com ele.” Robert Greenhill – Diretor do Fórum Econômico Mundial

Por Pedro Loyola e Tânia Moreira, economistas da FAEP

Uma tendência alarmante preocupa a agricultura brasileira. Nos últimos anos os custos para produzir alimentos têm sofrido altas seguidas e sempre acima da inflação oficial. Os produtores rurais têm incorporado esses custos porque a maioria das commodities agrícolas atingiram preços remuneradores e muito acima das médias históricas, mas que agora podem representar risco à viabilidade econômica das atividades agrícolas.

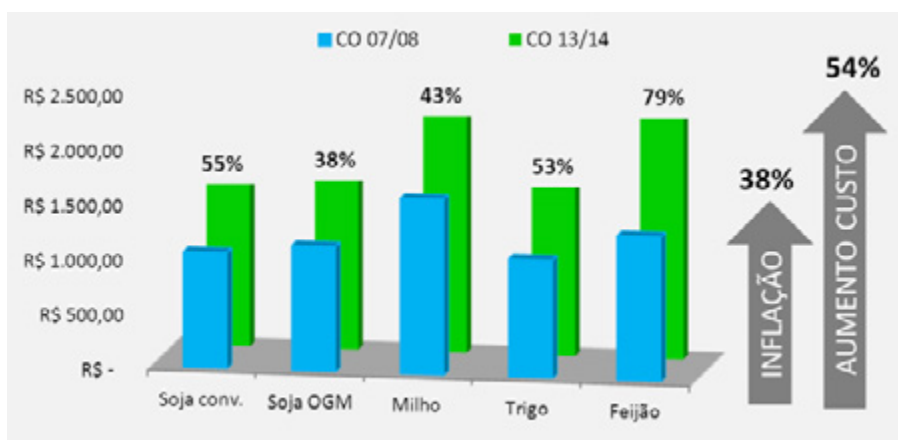
Os produtores de café, aves, suínos, trigo e cana passaram por maus bocados recentemente, registrando prejuízos e enfrentando crises que resultam muitas vezes na saída de produtores da atividade e redução na produção. No Paraná, por exemplo, a atividade da cafeicultura perdeu 50% da área nos últimos dez anos e o trigo 30% desde 2009.

Para demonstrar que os custos de produção dos agricultores estão em patamares preocupantes e obter um referencial de comparação foram utilizados dados oficiais de inflação medidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A evolução dos custos de produção agrícola no Paraná foi analisada com dados oficiais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (SEAB/PR).

Analisando a inflação oficial de 38% do IPCA/IBGE, entre julho de 2007 e abril 2013, verifica-se que o levantamento da Conab do custo operacional de produção para as culturas de

soja, milho, trigo e feijão no Paraná registrou variação média de 54% no mesmo período, muito superior à inflação. Perante uma inflação de 38%, o custo de produção do trigo subiu 53%, feijão 79%, milho 43%, soja convencional 55% e soja OGM fechou em 38%, conforme o gráfico ao lado.

Evolução do Custo De Produção - (Co/Hectare)



Fonte: CONAB e IBGE / Elaboração: DTE-FAEP
Índice de correção IPCA pelo período de jul/2007 a 04/2013

Entre os itens que se destacaram com maior alta nos custos de produção de grãos estão mão de obra, fertilizantes, sementes e armazenagem. Vale ressaltar que os preços remuneradores pagos aos agricultores desde 2011 foram em grande parte absorvidos por custos cada vez mais elevados.

Entre 2005 e 2013, o preço da semente de milho subiu 132% frente a uma inflação de apenas 50% medida pelo IPCA no mesmo período. Os fertilizantes também tiveram aumentos acima da inflação, o cloreto de potássio e as misturas completas,

adubos 00-20-20 e 10-20-20, muito utilizados na produção de grãos, registram variações superiores a 62% para uma inflação de 50%.

Evolução dos Custos de Produção de Componentes Selecionados - Período - maio-2005 a fev-2013

Sementes			Inflação
Feijão	Milho	Trigo	IPCA
75%	132%	62%	50%

Fonte: SEAB e IBGE / Elaboração: DTE-FAEP

Fertilizantes (Matéria-prima)				Inflação
Cloreto de Potássio	Uréia	Super Fosfato Triplo	Super Fosfato Simples	IPCA
62%	39%	37%	173%	50%

Fonte: SEAB e IBGE / Elaboração: DTE-FAEP

Fertilizantes (Mistura completa)			Inflação
Adubo 00-20-20	Adubo 04-30-10	Adubo 10-20-20	IPCA
63%	73%	63%	50%

Fonte: SEAB e IBGE / Elaboração: DTE-FAEP

Entre as safras 2007/08 e 2013/14, o custo operacional de café subiu 109% contra uma inflação de apenas 38,3% medida pelo IPCA/IBGE no mesmo período. O seu principal componente (responde em média por 55% dos custos) a mão de obra fixa e temporária, aumentou 150% no período conforme levantamentos da Conab.

Custo da mão de obra triplica

Mas o maior vilão no custo de produção tem sido o custo da mão de obra. A partir de maio de 2013, o piso

salarial regional do Paraná, o maior do Brasil, foi reajustado de R\$ 783,20 para R\$ 882,59, acréscimo de 12,69% e ainda não foi considerado nos referidos levantamentos de custos. Desde sua criação, o piso regional paranaense tem aumentado significativamente acima dos índices de inflação. Entre maio de 2005 e abril de 2013, frente a uma inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) medida pelo IBGE em apenas 51% no período, o piso salarial do Paraná praticamente triplicou e foi reajustado em 194,19%.

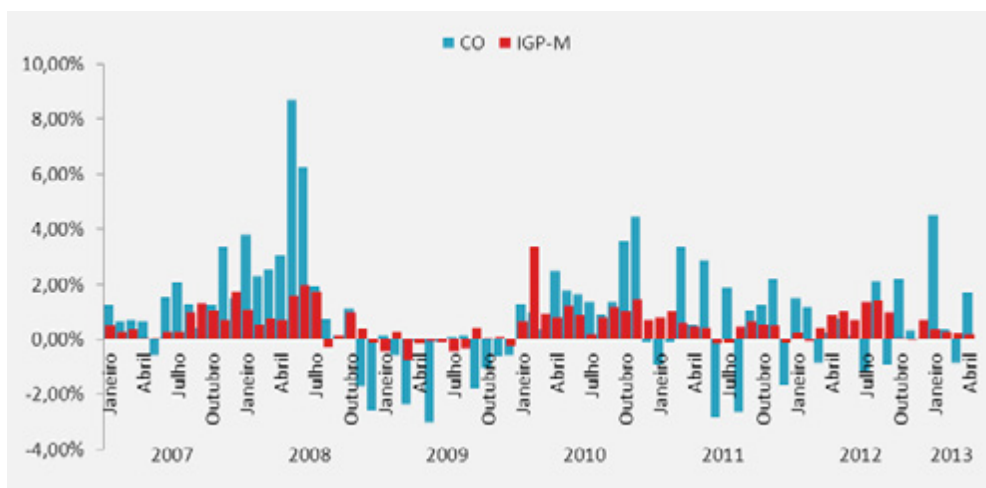
Evolução do Custo de Mão De Obra no Paraná X Inflação-maio-2005 a abril-2013

Mão de Obra	Inflação
Piso Regional Paraná	INPC
194%	51%

* Considera piso nacional de maio de 2005 e piso regional em 1º de maio de 2013
Fonte: Governo do Estado do Paraná e IBGE / Elaboração: DTE-FAEP

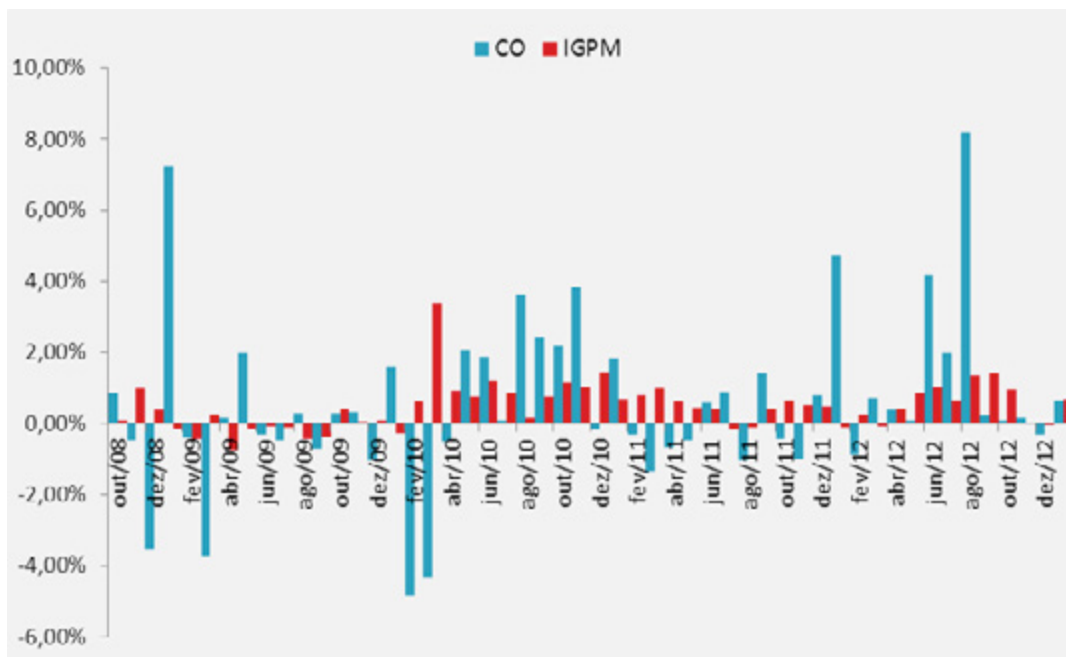
E essa alta dos custos já é sentida há anos também na pecuária. Os produtores de suínos, aves, bovinos, ovinos e caprinos muitas vezes ficaram no prejuízo, pois além do aumento do custo de mão de obra, arcaram com o pagamento dos melhores preços no milho e na soja, componentes com grande participação na formulação de rações animais. E geralmente a variação do custo operacional de produção para pecuária de corte e de leite tem ficado acima do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), conforme os gráficos abaixo.

Bovinocultura de Corte - Variação do Custo Operacional de Produção (Co) X Igp-M



Fonte: Icopea / Elaboração: DTE-FAEP

Bovinocultura de Leite - Variação do Custo Operacional de Produção (Co) X Igp-M



Fonte: Icepea / Elaboração: DTE-FAEP

Os preços agrícolas melhores nos últimos três anos se devem em boa parte à expansão na demanda dos países emergentes aliada ao desenvolvimento do mercado de biocombustíveis (etanol de milho nos EUA), que alavancou a procura por produtos agrícolas, mas a oferta não respondeu no mesmo patamar, contribuindo para isso também os problemas climáticos enfrentados nos principais países produtores, o que significou menores estoques de alimentos.

Se os preços da maioria das commodities agrícolas estiveram remunerando melhor nesses últimos três anos, em 2013 já se verifica um cenário de preços menores com o agravante de custos significativamente maiores. E os voláteis preços agrícolas aumentam e reduzem substancialmente num mesmo ano, mas os custos raramente se reduzem na mesma proporção e com a mesma velocidade, sendo que certos componentes do custo somente aumentam como no caso da mão de obra.

Vale lembrar que o produtor rural é tomador de preços dos produtos agrícolas, ou seja, não pode fixar o preço do produto, pois esse está estabelecido no mercado. Porém, o produtor define os novos investimentos que fará em suas atividades e deve ficar atento a sua real capacidade de pagamento, evitando gastos desnecessários que podem se converter em endividamento. Para isso precisa conhecer profundamente seus custos de produção.

Entre os diversos itens do custo de produção, aqueles que se referem às operações de armazenagem devem ser alvo

de maior pesquisa por parte do produtor rural. No Paraná há relatos de que numa mesma região e período do ano, as variações de custo podem chegar em 28% entre diferentes armazéns para os mesmos serviços e operações cobradas dos produtores como taxas de descontos de umidade, quebra técnica e armazenamento. Sobre as estratégias de comercialização, os analistas de mercado sempre alertam os

produtores que não se deve esperar para acertar o “olho da mosca”, recomendando que realizem vendas escalonadas aproveitando os picos de alta antes, durante e após o plantio, realizando também o “hedge” como, por exemplo, mercado futuro e contratos de opção referente a uma parte da produção, que garanta a cobertura dos custos de produção. Trata-se de proteção de preço contra fatores que estão fora do controle e que podem afetar a margem de lucro na comercialização de commodities agrícolas. Porém, os custos de contratação são altos.

Para resolver essa situação, em 2013 o estado de São Paulo, que já conta com um programa de seguro rural, demonstrou mais uma vez que é possível construir políticas agrícolas eficientes ao criar o “Projeto de Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção”, que visa subvencionar 50% (cinquenta por cento) do valor do prêmio pago na formalização do contrato de opção, garantindo ao produtor e sua família a estabilidade da renda. Um bom exemplo que deveria ser seguido pelos governos federal e estaduais.

Cabe ao governo federal atuar na política agrícola oportunamente com apoio à comercialização e nos programas destinados a mitigar riscos, como o seguro rural e o Proagro, visando manter a estabilidade da produção e da renda no campo, evitando dessa forma as indesejáveis renegociações de dívidas e os perversos efeitos multiplicadores que se alastram por todos os setores da economia, culminando geralmente com o êxodo rural e contribuindo com a inflação de alimentos aos consumidores.

A Esalq vai contar os segredos do seguro

Grupo de pesquisadores cria boletim para esclarecer produtores



Quando, por que, o que, como, onde fazer o seguro rural? Dessas perguntas apenas a primeira depende do governo, as demais o Grupo Geser – Gestão de Seguros e Riscos da Esalq/Usp - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, vai abordar e responder num boletim especializado em seguro rural que passará a circular a partir do dia 27 de maio pela Internet, inicialmente bimestral.

O setor rural ainda engatinha na contratação de seguro, ao contrário do que ocorre com os produtores de países mais avançados que se habituaram a reduzir ou praticamente eliminar riscos imponderáveis em suas plantações. “A ideia do Boletim de Seguro Rural surgiu neste ano para disseminar informações sobre o tema, com foco nos produtores rurais, principais demandantes deste tipo de material informativo”, diz o professor doutor Vitor Ozaki, especialista em Seguro Rural, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq.

Segundo o pesquisador, “foi percebido que muito se fala sobre o tema, mas pouco se sabe ainda sobre todos os seus detalhes”, diz ele. Nesse sentido, o objetivo principal da publicação sobre o seguro rural será levar ao produtor rural

informações pertinentes e esclarecedoras.

Artigos técnicos demonstrando cases e simulações de aplicação do seguro; mercado de seguros; atuação de órgãos governamentais; artigos e exposições sobre temas de interesse dos produtores vão compor o cardápio da publicação. Com o aval da Esalq –, uma das mais respeitadas no país, o Boletim busca disseminar a cultura do seguro rural.

Profissionais formados e graduandos nas áreas de engenharia agrônômica, geografia, economia, administração compõe o time de qualidade responsável pela publicação, que em sua primeira edição dará prioridade ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) do governo federal. Também representantes de órgãos setoriais de produtores rurais, como federações, sindicatos e cooperativas, além de técnicos do governo e profissionais de empresas seguradoras vão expor seus pontos de vista sobre questões relacionadas ao seguro no campo. Além de notícias e novidades do mercado internacional desse setor.

O boletim também estará disponível no site do GESER (www.esalq.usp.br/geser). Além disso a distribuição também será realizada através de parcerias com órgãos representativos de produtores rurais, disponibilizando de maneira gratuita este material a todo público destes órgãos. Na forma digital ou impresso (no caso da disponibilidade do órgão parceiro).

Desde 2007

O Grupo Geser é pioneiro no desenvolvimento de projetos, pesquisas e estudos do Seguro e do Risco Agrícola no Brasil. Nasceu em 2007, idealizado pelo professor doutor Vitor Ozaki e tem como objetivos o desenvolvimento de pesquisas, inovação e estudos sobre seguro rural e prestação de serviços na forma de projetos junto às empresas do setor e produtores rurais. O Grupo é constituído por quatro núcleos: de Monitoramento de Safra; Estudos Econômicos e Mercado; Tecnologia da Informação e Estatística e Atuária

Suínos: uma solução para o destino de carcaças

FAEP e Adapar querem medidas para regularizar os processos de recolhimento, transporte e acondicionamento dos descartes dos animais



Normatização pretende garantir sanidade nas granjas

Denúncias de recolhimento, transporte, acondicionamento e tratamento inadequados de carcaças recolhidas das granjas suínas estão ocorrendo no Paraná. E há um vácuo na legislação. O tema foi o alvo de discussão na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) em uma reunião da Comissão de Suinocultura do Sistema FAEP, em Curitiba, no último dia 17.

Durante o encontro, a especialista em sanidade suína Aglaci Tomporoski, da Adapar, informou que foram feitas apreensões, interdições e prisões de pessoas que estavam atuando de forma incorreta, inclusive com o aproveitamento desses produtos para a fabricação de alimentos para consumo humano. “O produtor não pode retirar o animal morto da propriedade porque coloca em risco a sanidade da granja, como

a disseminação de doenças”, alertou Aglaci.

Por causa desses fatos, um novo decreto está sendo elaborado pela Adapar, o qual proíbe a saída dos animais mortos na propriedade, justamente por questões sanitárias. Além disso, pelo estudo, o transporte de resíduos animais de frigoríficos e entrepostos deve ser feito apenas em veículo especialmente adaptado, evitando a perda de material pelo caminho.

Na avaliação do médico veterinário Celso Doliveira, da FAEP, a legislação sanitária é omissa em relação ao recolhimento e transporte de carcaças das propriedades rurais. “Essa atividade não teria problema nenhum se houvesse uma normatização garantindo as boas práticas nesse processo de recolhimento e encaminhamento para as indústrias. Outro fato



Reunião da comissão de suinocultura da FAEP com a Adapar

preocupante é o grande número de entrepostos de recolhimento e ‘farinheiras e graxarias’ sem autorização sanitária, e que atuam na clandestinidade, analisa, complementando: “Existem também alguns empresários neste segmento inescrupulosos e despreparados, o que caracteriza uma situação de risco para a sanidade dos rebanhos suíno e avícola, e também para a saúde pública”.

Por isso, a FAEP defende junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e à Adapar que a atividade seja regulamentada de acordo com as recomendações da Embrapa. Como explica Doliveira, existem recomendações determinadas pela Instrução Normativa nº 34, tratando da destinação dos resíduos de animais abatidos em frigoríficos e açougues – mas não em propriedades –, que se fossem atendidas pelos transportadores de carcaças das granjas já reduziriam o risco à sanidade. “Temos que intensificar a fiscalização sobre o recolhimento clandestino. Além disso, a regulamentação do destino da carcaça deve ser acompanhada de um processo de educação junto aos produtores através dos Conselhos de Sanidade Animal (CSAs)”, diz ele.

Reciclagem

Outro problema apontado pelos suinocultores ocorre no manejo das composteiras. “Nós temos muitas dificuldades, principalmente quando os animais são maiores, com 250 quilos, por exemplo. Como a maioria dos produtores faz a

O que é a reciclagem animal?

Hoje há empresas que coletam nos frigoríficos, açougues e abatedouros tudo o que não é comestível durante o abate animal, como ossos, vísceras e sangue. Todos esses produtos podem ser transformados em farinhas e gorduras em processos industriais.

Segundo o secretário-executivo da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (Abra), Vinicius Marques de Oliveira, cerca de 200 mil toneladas da carcaça suína são descartadas por ano. “Países como Estados Unidos, União Europeia, Nova Zelândia e Austrália já tem tudo isso regulamentado. Por que no Brasil é diferente? Vamos continuar a enterrar proteína e energia?”, criticou, acrescentando que a reciclagem pode gerar uma renda ao produtor.

Dados divulgados pela associação mostram que, somente no ano passado, o mercado da indústria de reciclagem animal movimentou R\$ 7 bilhões e pode ter um potencial para gerar novos ganhos aos agentes da cadeia produtiva. “Nesse sentido, a Abra um projeto piloto específico para fazer a coleta de suínos e há vantagens para os dois lados, indústria e produtor”, justifica.

compostagem, a maior dificuldade é fracionar esse animal em pedaços”, observou o produtor e presidente da comissão, Reny Gerardi de Lima. Por isso, questiona-se a ausência de uma legislação que regule a reciclagem animal no país. Nos Estados Unidos, por exemplo, são processados 67% dos suínos mortos em criações.

Segundo o especialista da Embrapa Suínos e Aves, Gláucio Mattos, hoje os animais mortos são descartados em lagoas, devorados por urubus ou mantidos entre os saudáveis. Ou seja, não há o correto manejo, o que implica em um sério risco

ambiental e sanitário. “Não podemos ficar de olhos fechados para isso, por uma questão de segurança”, alerta.

A Embrapa Suínos e Aves realizou um amplo estudo em que mostra diversas formas de viabilizar a correta reciclagem animal e aguarda por uma posição do Mapa. “O que se propõe é que se crie uma legislação prevendo esse recolhimento, mas atendendo questões de biossegurança. Esse é o momento para elaborarmos uma normativa que funcione bem e atenda as normas sanitárias, beneficiando a suinocultura no país”, analisa Mattos.

As recomendações da Embrapa

Para a retirada das carcaças das propriedades, o estudo da Embrapa, em linhas gerais, fez as seguintes recomendações para a manutenção, transporte e recepção dos animais mortos:

- Todas as propriedades rurais devem manter ativo o sistema de compostagem, como método alternativo, mesmo que utilizem na rotina o sistema de recolhimento de carcaças.
- Os órgãos oficiais deverão, em casos de surtos ou risco iminente de doenças de alta disseminação, proibir a prática do recolhimento de carcaças por tempo indeterminado.
- Somente poderão ser enviados a terceiros, animais que morrerem na rotina do ciclo de produção nas granjas. Em casos de surtos de mortes de origem desconhecida (mortalidade catastrófica), a liberação destes cadáveres deverá ser mediante avaliação e autorização veterinária, com identificação da causa da morte.
- Os casos de suspeitas de doenças de notificação obrigatória seguirão as normas da legislação vigente, com acionamento do serviço oficial de vigilância sanitária.

- O armazenamento das carcaças nas propriedades, até o carregamento, deverá ser feito em containers ou câmaras frias com temperatura menor ou igual a 4°C. Esta prática é necessária para manter a qualidade da matéria-prima para posterior industrialização e para reduzir a frequência de recolhimento destas carcaças nas granjas. Estes containers devem ficar localizados na área limite da granja, com entrada das carcaças ocorrendo pela área interna e saída pela área externa da granja. É possível estudar a viabilidade da instalação de containers comunitários para pequenos produtores, organizados por prefeituras, cooperativas ou associações.

- Todos os estabelecimentos que fizerem parte do processo deverão estar cadastrados pelos órgãos oficiais estaduais (fornecedores, transportadores e indústrias);

- Os veículos que transportam os animais deverão ter carrocerias fechadas e serem vedados para evitar perda de líquidos, e passarem por rigorosos processos de lavagem e desinfecção. Todas as rotas destes veículos deverão ficar registradas em planilha controle com fim de rastreabilidade, para eventuais necessidades.

- Toda propriedade deverá manter, em formulário específico, registro dos cadáveres destinados a terceiros, com informações da provável causa da morte, qual o destino, data da morte e data do recolhimento.

- Uma vez recolhidos, os cadáveres somente poderão ser enviados ao seu destino final, não deverão ser permitidos entrepostos.

- As autoridades sanitárias estaduais deverão determinar áreas limites de coletas e trânsito dos cadáveres, considerando aspectos sanitários e geográficos.

- Não deverá ser permitido transporte interestadual de cadáveres.



Emater comemora 57 anos



O Instituto Emater, no último dia 20, completou 57 anos de atividades, apresentando o novo portal da empresa na internet (<http://www.emater.pr.gov.br/>) e anunciando o projeto Emater do Futuro, que estabelece uma nova agenda estratégica. Nesse mais de meio século, seus técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos,

florestais, de pesca, zootecnistas, médicos veterinários, e de bem estar social deram inestimáveis contribuições aos produtores rurais, num trabalho incansável em todo o estado.

Criada no Paraná, em 1956, como Serviço de Extensão Rural, três anos depois foi transformada na Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Em 1977, ganhou a denominação atual de Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater Paraná. Mas em 2005, a Emater modificou seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia, ganhando o nome oficial de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater.

A Emater conta hoje com 1.210 funcionários em todo o estado, dos quais 860 são do corpo técnico. Na solenidade de comemoração, com a presença do secretário Norberto Ortigara, o diretor-presidente da Emater, Rubens Niederheilmann, afirmou que a “agenda estratégica nos orientará no caminho a percorrer para garantirmos uma assistência técnica e extensão rural de qualidade pautada nas necessidades da sociedade paranaense”.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/04/2013



HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS /BANCÁRIAS
	1-12	13						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	27.460.459,49
Setor Bovídeos	8.444.549,48	-	-	20.821.352,20	-	2.341.952,64	-	12.344.066,16
Setor Suínos	3.560.137,02	6.763.182,00	-	2.202.266,13	-	181.518,99	-	3.654.676,53
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	-	-	2.172.718,38	-	-	-	144.111,35
Setor de Equídeos	53.585,00	-	-	90.526,35	-	-	-	14.836,05
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	8.997,44	-	-	-	149.129,51
Setor Aves de Postura	37.102,41	-	-	112.027,10	-	-	-	(141.031,00)
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(77.567,43)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	141.031,00
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	-
TOTAL	13.981.000,00	6.763.182,00	141.031,00	25.546.568,69	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	43.689.711,66
SALDO LÍQUIDO TOTAL								43.689.711,63

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 12º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

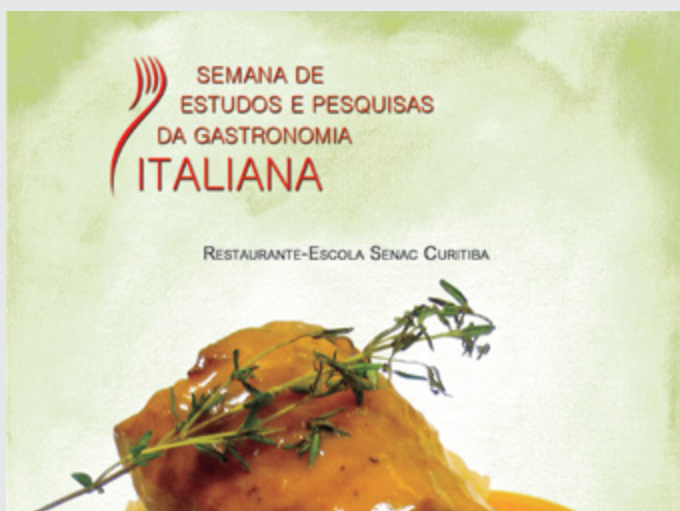
4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



“Mia Cara Curitiba”

Entre os dias 3 e 8 de junho, o Senac Paraná, em parceria com o SENAR-PR e apoio do Consulado Italiano, promove pela segunda vez a programação do Mia Cara Curitiba. Neste ano quem comanda a Semana de Estudos e Pesquisa da Gastronomia Italiana e a cozinha é o chefe Mario Ferrara. Nos dias 3, 5 e 7 será servido almoço em prato, na terça-feira (4) e na quinta-feira (6) será a vez do buffet, nas duas ocasiões o valor de cada refeição será de R\$42,00.

Somente no sábado, dia 8, o valor será de R\$50,00 para o buffet. No dia 3 de junho o chefe ministrará uma palestra aberta ao público sobre “A gastronomia Italiana por Mario Ferrara, os sabores da Basilicata para o mundo”. Estão sendo oferecidas 120 vagas gratuitas e as inscrições podem ser feitas através do

telefone 08006436346. Os apreciadores da culinária italiana de Maringá e Foz do Iguaçu também poderão conhecer um pouco mais da história da gastronomia da mama, durante palestras nos dias 5 (Maringá) e 7 (Foz do Iguaçu) e almoço no dia 8.



Cachaça reconhecida nos EUA

Pinga, aguardente, cana, canjebrina, amarelinha, branquinha... São muitos os nomes dados à cachaça, bebida criada aqui e identificada no mundo todo como tipicamente brasileira. Com um decreto assinado em 2001, o então presidente Fernando Henrique determinou o termo como exclusivo do destilado nacional. E depois de muita discussão diplomática, finalmente, em abril passado a “marvada” foi reconhecida pelos Estados Unidos como produto do Brasil e não mais venderá bebidas de outros países com a denominação de “rum brasileiro”. Agora o próximo passo é a Organização Mundial do Comércio (OMC) conceder à cachaça o status de ser uma denominação de origem controlada.



Defensivos made in China

Genéricos, muitos de origem chinesa e indiana, já respondem por mais de 60% do mercado brasileiro de defensivos, que no ano passado movimentou US\$ 9,7 bilhões.

As importações brasileiras de defensivos agrícolas (princípios ativos e produtos intermediários) bateram recorde em 2012 - as compras externas cresceram 10% em relação a 2011, para US\$ 5,5 bilhões.

De acordo com o Sindag, o país produz apenas 10% dos cerca de 300 ativos químicos usados nas lavouras. O maior entrave para se expandir a produção doméstica, dizem os representantes da entidade, são os custos de produção, proporcionalmente mais altos que os chineses. De acordo com o Sindag, o piso salarial para os empregados dessa indústria no Brasil gira em torno de US\$ 550, ante apenas US\$ 50 na China. (Valor Econômico)



Novos terminais em Paranaguá

O superintendente dos portos de Paranaguá e Antonina, Luiz Henrique Dividino, informou que o Plano Arrendamento da Appa listou 20 áreas de expansão, das quais 16 já têm estudos de viabilidade concluídos e seis poderiam ser licitadas já no segundo semestre deste ano. O anúncio acontece uma semana depois que o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 595, que visa modernizar os portos do país.

Transgênicas resistentes

A Embrapa patenteou duas tecnologias que podem abrir uma nova fronteira para o desenvolvimento de plantas transgênicas resistentes a doenças, mais produtivas e com tolerância à seca. Uma delas elimina a manifestação da proteína transgênica no fruto, o que pode ajudar a quebrar a resistência dos consumidores aos organismos geneticamente modificados na alimentação.

A pesquisa é liderada pela doutora em genética e melhoramento de plantas da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Juliana Dantas de Almeida. Segundo ela, “a principal vantagem dessa tecnologia é a ausência de traços de transgenia no fruto ou na raiz, o que pode ajudar a mitigar a forte rejeição de consumidores, sobretudo na Europa, aos transgênicos presentes diretamente na alimentação. Essa rejeição é uma barreira ao avanço da pesquisa com transgênicos, por exemplo, em culturas como o trigo. (<http://www.cenargen.embrapa.br>)

Trânsito 1 - ABS



No emaranhado de Resoluções baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito a que leva o número 380 estipula a instalação de sistema antitravamento (ABS) em veículos de várias categorias. Entre eles aqueles “projetados e construídos para o transporte de cargas e que contenham “uma massa máxima superior a 12 toneladas” e “reboques (incluindo semi-reboques). A implantação do ABS, segundo essa Resolução, deverá completar 100% dos veículos em 1º de janeiro de 2014.

Para os produtores rurais que tenham dúvidas sobre o trânsito de tratores e máquinas, segurança, sinalização, etc em rodovias, o mais conveniente é manter contato com a Polícia Rodoviária Federal e Estadual para esclarecimentos e entendimentos.

Trânsito 2 - Emplacamento

Duas resoluções do Contran (Conselho Nacional de Trânsito), nº 429 e 434, também obrigam, a partir do dia 1 de junho, o emplacamento de todos os maquinários destinados a trabalhos agrícolas, bem como para construção e pavimentação.

Mas o deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), autor de projeto que isenta o pagamento do licenciamento, está propondo audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara para debater as implicações das medidas do Contran para os produtores rurais.

O deputado gaúcho justifica que quase a totalidade dos maquinários agrícolas são utilizados dentro dos limites daquelas terras, sendo raros os momentos em que precisam se deslocar para outra propriedade.

O projeto de Alceu Moreira que acaba com o licenciamento e emplacamento foi aprovado nas comissões de mérito da Câmara e aguarda votação terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, onde conta com parecer pela aprovação. Se aprovado, o texto segue direto para o Senado.

TAPEJARA



Cestaria

O Sindicato Rural de Tapejara está apoiando um grupo de artesãs da cidade que querem se preparar para comercializar seus artigos na Feira da Agricultura Familiar da cidade e nas floriculturas locais. Nesse sentido elas participaram do curso Artesanato - Cestaria e Trançados – cestaria e trançados. As aulas aconteceram no Centro Cultural nos dias 29 e 30 de abril. A instrutora do grupo de 14 produtoras rurais foi Cleide Ferreira Mattos.

CAMPINA DA LAGOA



Mulher Atual

A turma de participantes do Programa Mulher Atual, organizada pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa, do mesmo município fizeram o projeto de Ação Social do curso em parceria com o Banco do Brasil. A ação foi orientar a população em relação ao uso de caixas eletrônicos para que esses usuários manuseiem as máquinas de forma segura e tranquila. A instrutora do grupo é Nelcy de Freitas. Participaram da ação 18 produtoras e trabalhadoras rurais.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO



Geleias, doces de corte e pastosos

O Sindicato Rural de São João do Triunfo ofereceu o curso Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos. O curso foi dirigido ao grupo de senhoras da comunidade de Poços. As aulas aconteceram nos dias 15 a 16 de março com a instrutora Joelma Kapp.

ALTÔNIA



Pragas em citros

Reconhecimento das pragas e doenças do pomar de citros, assim como as alternativas mais eficientes e ambientalmente corretas de controle. Esse é o objetivo do curso Trabalhador na Fruticultura Básica - clima tropical - manejo ecológico de pragas em citros oferecido pelo Sindicato Rural de Altônia em parceria com a Secretaria da Agricultura. O curso aconteceu entre os dias 9 e 12 de abril para duas turmas de produtores e produtoras rurais com o instrutor Valdomiro Tomem.

TIBAGI



Bovinocultura de corte

Implantar o manejo correto de bovinos de corte, tornando a atividade sustentável esse é o objetivo do curso de Trabalhador na Bovinocultura de Corte - manejo de bovinos de corte. O curso foi oferecido pelo Sindicato Rural de Tibagi em parceria com o SENAR-PR no período de 24 a 26 de abril com 24 horas de carga horária. A turma composta por 10 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutor Marcelo Ailton Zschornack .

IRETAMA



Forragicultura

O Sindicato Rural de Iretama realizou na sua extensão de base de Iretama o curso Trabalhador na Forragicultura - estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem. As aulas aconteceram no período de 22 a 24 de abril. O instrutor do grupo de nove produtores e trabalhadores rurais foi Edson Groff.

ARAPOTI



Posse

O diretor financeiro da FAEP João Luiz Rodrigues Biscaia participou da cerimônia de posse da diretoria eleita do Sindicato Rural de Arapoti no dia 15 de abril. Foram eleitos: Dirceu Antônio Osmarini como presidente, Telêmaco Carneio Kluppel como vice-presidente; João Prix Neto como secretário e Lambert Jongsma como tesoureiro.

ASTORGA



Desenvolvimento Comportamental

O Sindicato Rural Patronal de Astorga, em parceria com a Cooperativa Nova Produtiva, através do SENAR-PR ofereceu em fevereiro ao curso de Desenvolvimento Comportamental, voltado aos líderes encarregados de setores da empresa. O curso tem 128 horas de carga horária. A turma com 15 participantes foram orientados pela instrutora Franciely Fernandes Azarias.



Anjos bons e maus

Muitos nomes de anjo - Gabriel, Rafael, Miguel e outros - terminam em “el”.

Gabriel - “AQUELE QUE DEUS ENVIOU”;

Miguel - “IGUAL A DEUS”

Rafael - “ANJO MENSAGEIRO” e assim vai...

Mas há outros anjos travestidos de terráqueos com nomes terminados em “el”:

Aluguel - Anjo mau. Não deixa a pessoa conseguir sua casa própria.

Papai Noel - Anjo protetor do comércio. Só aparece no fim do ano para acabar com o seu 13º. Anda sempre acompanhado pelo anjo Jingobel.

Tonel - Anjo protetor dos alcoólatras anônimos e bêbados em geral.

Pastel - Anjo protetor das colônias japonesas, chinesas e do colesterol.

Manoel - Anjo protetor das piadas preconceituosas.

Papel - Anjo protetor daqueles com intestinos soltos.

No espirro

A sacarina, o adoçante artificial mais antigo, foi descoberto acidentalmente em 1879 por um pesquisador que trabalhava na Universidade Johns Hopkins (EUA).

A descoberta de Constantine Fahlberg veio depois que ele esqueceu de lavar suas mãos antes do almoço. Ele tinha espirrado uma substância nas mãos e ela adoçou o gosto do pão que ele comeu no almoço. O uso da sacarina não se espalhou mundialmente até o açúcar ser racionado durante a Primeira Guerra.



1, 2, 3, 4...

Os algarismos arábicos, nome pelo qual são conhecidos os números da maneira que escrevemos no ocidente, são na verdade de origem indiana. Foram criados pelo matemático indiano, soetre,

Abu Abdullah Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi por volta de 500 D.C. Apesar da origem, os números acabaram ficando conhecidos como algarismos arábicos por terem sido introduzidos ao mundo ocidental através de árabes do Marrocos e Líbia que viajavam pela Europa durante o século 10.



Homem do ano

Gente com o rei na barriga sonha em ser a capa da edição de janeiro de cada ano da revista americana Time, quando é eleito o homem ou mulher do ano. De vez em quando a revista erra o

alvo: em janeiro de 1939, Adolf Hitler foi eleito o Homem do Ano de 1938. Oito meses após a matéria, Hitler invadiria a Polônia dando início à Segunda Guerra Mundial.

Homenagem à perna

Em 1838 o general Antônio López de Santa Anna, presidente do México, teve sua perna amputada após ter sido atingido por um tiro de canhão. Santa Anna ordenou que sua perna amputada fosse enterrada com todas as honras militares. E bateram continência para perna do Santa Anna.





Vieram para ficar

Os pardais provavelmente vieram de Portugal em 1908. Nessa época havia uma epidemia de febre amarela no Brasil e acreditava-se que essas aves comeriam os mosquitos transmissores da doença. Ainda não se sabia que eles comem apenas grãos e sementes. O pássaro se adaptou às cidades porque era onde havia mais comida.



Vizinhança

As fronteiras brasileira tem 16.886 quilômetros de extensão, sendo 7.363 quilômetros de linha seca e 9.523 quilômetros de rio, lagos e canais. São 23.415 quilômetros de rodovias federais. Os estados fronteiriços com outros países são o Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os países vizinhos são: Guiana Francesa, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Paraguai, Argentina e Uruguai.



Intimidade abalada

A polícia do Irã proibiu as vitrines com gravatas e roupas íntimas femininas. As roupas íntimas de mulher só podem ser expostas em manequins no interior da loja, mas com a condição de não haver vendedores homens no estabelecimento.

O governo iraniano também proibiu os homens de usarem cabelos compridos. Foi lançada até uma cartilha com os cortes de cabelo permitidos para os homens. Penteados com rabo-de-cavalo, claro, ficaram de fora.

Nepal

Os funcionários do Aeroporto Internacional de Katmandu são proibidos de trabalhar usando calças com bolso. O objetivo da proibição é acabar com a prática do suborno. Tem um certo país que conhecemos onde essa ideia poderia ser adotada.



Natureza pródiga

O beija-flor é a menor ave da natureza. Seus ovos não são maiores que uma ervilha de tamanho médio. Os filhotes, logo que nascem, são menores que um gafanhoto comum e uma ninhada cabe dentro de uma colher de chá. Seu coração bate mil vezes por minuto, enquanto o de uma baleia-azul e o de um elefante chegam a bater 25 vezes no mesmo período. Por causa de seu metabolismo acelerado, eles se alimentam durante o dia inteiro: chegam a ingerir uma quantidade de néctar 8 vezes mais pesada que seu próprio corpo. Um ser humano teria de comer 400 hambúrgueres por dia para igualar a façanha. Suas asas batem 200 vezes por segundo, o que permite que eles fiquem parados no ar e façam manobras de ré e cambalhotas.

Em 60 segundos



No minuto em que você começar a ler este texto, a Terra será atingida por 6 mil relâmpagos, quase mil quilos de pipoca serão consumidos, 30 mil pedaços de pele se soltarão de seu corpo, 21 mil pizzas serão assadas, 954 celulares com câmeras serão vendidos pelo mundo afora. E 12,5 bilhões de litros de água do rio Amazonas chegarão ao oceano!

MEU EMPREGO, MINHA VIDA!

Um dia na tua vida você enfrentará o “pessoal do RH”, ou seja os entrevistadores da temível área de Recursos Humanos da empresa que você sonha ser admitido. Uma multinacional famosa, uma estatal que paga bem e não exige muito, uma “empresona” nacional com ramificações no exterior, algo assim. Tudo de bom para honrar teu diploma conquistado sob suor, lágrimas e muito truço na cantina. Se este é teu objetivo não se comporte como o cidadão aí abaixo.

Entrevistador – Então, você está construindo um networking (desenvolver relacionamentos benéficos, em livre tradução)

Candidato – Veja bem, eu não sou engenheiro, sou administrador.

Entrevistador – Como você administra a pressão?

Candidato – Ah, tranquilo: 11 por 7... no máximo 12 por 8.

Entrevistador – Manter sempre o foco é muito importante. E me parece que você tem alguns lapsos de concentração.

Candidato – O senhor poderia repetir a pergunta?

Entrevistador – Como você se sente trabalhando em equipe?

Candidato – Bom, desde que não tenha gente dando palpite, me sinto muito bem.

Entrevistador – Como você se definiria em termos de flexibilidade?

Candidato – Ah, eu faço academia. Sou capaz de encostar o cotovelo na nuca.

Entrevistador – Nós somos uma empresa que nunca para de perseguir objetivos.



Candidato – Que ótimo. E já conseguiram prender algum?

Entrevistador – Vejo que você demonstra uma tendência para discordar.

Candidato – Muito pelo contrário.

Entrevistador – Em sua opinião, quais seriam os atributos de um bom líder?

Candidato – Ah, são várias coisas. Mas a principal é ter liderança.

Entrevistador – Quais seriam seus pontos fracos?

Candidato – Ah, é o joelho. Até tive de parar de jogar futebol.

Entrevistador – Há alguma pergunta que você queria me fazer?

Candidato – Eu parei meu carro lá na rua. Será que eu vou ser multado?

Entrevistador – Por que, dentre tantos candidatos, nós deveríamos contratá-lo?

Candidato – Eu pensei que responder a isto fosse teu trabalho.

Entrevistador – Como você pode contribuir para melhorar nosso ambiente de trabalho?

Candidato – Bem, eu começaria trocando a recepcionista, que é muito feia.

Entrevistador – Várias pessoas que se sentaram aí nessa mesma cadeira hoje são gerentes.

Candidato – Puxa, o fabricante da cadeira vai ficar muito feliz em saber disso.

Entrevistador – Quando digo “Sucesso”, qual a primeira palavra que lhe vem à mente?

Candidato – Pode ser duas palavras?

Entrevistador – Pode.

Candidato – Milho. Nário.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br